

SAÚDE - PÁGINA 2

Conquista da luta do Sintss; governo estadual convoca profissionais concursados



SINPOL - PÁGINA 6

Sindicato solicita à Vara de Execuções Penais transferência de presos das delegacias

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

JULGAMENTO NO STF PODE SUSPENDER REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO ESTADO



Coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul se reuniram para avaliar os últimos andamentos de ADIN, após as cassações dos mandados de segurança que inúmeras entidades ingressaram no Tribunal de Justiça (TJMS) na tentativa de barrar o aumento do desconto previdenciário, que passou de 11% para 14% a partir do mês de maio. **Páginas 4 e 5**

REIVINDICAÇÃO - PÁGINA 7



Após luta do Sindetran-MS, Detran forma servidores para fiscalização de trânsito

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA - PÁGINA 6

Senador pede 'favorzinho' ao Detran para transferir pontos da CNH fora do prazo

INSTITUTO RANKING - PÁGINA 7

Tenente Monaco está entre os nomes que aparecem em pesquisa eleitoral como pré-candidato a deputado

Convênio entre Hospital Cassems e Justiça permite apadrinhamento de jovens em situação de risco

A partir de julho, 12 jovens moradores de lares de adoção serão inseridos no mercado de trabalho, por meio de bolsa-estágio. **Página 3**



Conquista da luta do Sintss-MS; governo estadual convoca aprovados em concurso

David Magela/Secom

II Foi realizado na quarta-feira (6) pela manhã, no Parque dos Poderes, um encontro entre lideranças sindicais do Sints-MS e representantes do Poder Executivo, quando foi ratificada a convocação de aproximadamente 175 pessoas, aprovadas em concurso público da SES.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Entre os cargos estão médicos das áreas de anestesia, neurologia, endoscopia, cancerologista, ginecologia, enfermagem, técnicos em enfermagem, assistentes sociais, psicólogo, biólogos, nutricionista, sanitarista, auditores, fiscais em vigilância, entre outros.

Estavam presentes o Presidente do sindicato Ricardo Bueno e o Secretário de Finanças da entidade Alexandre Júnior Costa juntamente com o Secretário de Administração e Desburocratização do governo, Carlos Alberto de Assis, o Secretário de Estado de Saúde (SES), Carlos Alberto Coimbra, o Diretor-Presidente da Funsau, Justiniano Vavas, além de Édio Viegas, Secretário Adjunto da SAD.

Conforme Ricardo Bueno, “o sindicato avalia a

convocação como positiva a partir do momento que está repondo vários setores da SES e núcleos de saúde dos municípios do interior. Chamando só o número do concurso, o ideal é que se chamasse mais, mas já é um avanço. Um exemplo disso é a convocação dos médicos anestesistas para o HR, que é uma batalha de tempos da saúde pública de Mato Grosso do Sul, onde uma empresa detinha um grande domínio neste setor, situação que era prejudicial ao SUS”, disse.

Na oportunidade foram assinados e entregues os documentos com as respectivas convocações que compõem o decreto, que deveria estar disponível em diário oficial, a partir de quinta-feira (7).

Recomposição e ampliação do quadro

A direção do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social vem defendendo desde o início do atual governo a recomposição e ampliação do quadro de servidores públicos, através de concurso público.

Neste sentido, durante a reunião, Ricardo Bueno ressaltou que tem muitos setores que necessitam de reposição, “a demanda da lavanderia, da nutrição, da portaria, não avançou e são



A direção do sindicato avalia como positiva esta convocação e reitera a importância de se publicar novo concurso

exemplos desta necessidade de ampliar o maior número de convocações, pois são categorias muito deficitárias no quadro de pessoal, buscamos assim também evitar a terceirização”, afirmou o dirigente.

A direção do sindicato avalia como positiva esta convocação e reitera a importância de se publicar novo concurso até a data de 7 de julho, para cargos onde foram identificadas dificuldades; um exemplo é a Enfermagem que hoje conta mais de 200 profissionais contratados.

“Mais concurso público para todas as funções da SES e Funsau, contribui para termos garantias de recomposição do déficit atual de servidores, assim como o déficit futuro, proveniente da saída de pessoas por motivos de aposentadorias, morte, invalidez, entre outros”, concluiu Bueno.

As convocações atenderão os municípios de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas.



Mais concurso público para todas as funções da SES e Funsau contribui para termos garantias de recomposição do déficit atual de servidores, assim como o déficit futuro, proveniente da saída de pessoas por motivos de aposentadorias, morte, invalidez, entre outros”.

Ricardo Bueno

Presidente do Sintss-MS



Convênio entre Hospital Cassems e Justiça permite apadrinhamento de jovens em situação de risco

Messias Ferreira

II O olhar sério não esconde a ansiedade e a preocupação com o futuro. Cada dia é sempre uma expectativa na vida de 12 jovens que moram em lares de adoção na Capital. Essa mesma vida os ensinou muito cedo a se preocuparem com o próprio futuro. Em muitos momentos as brincadeiras infantis foram substituídas pela dor, pelo sofrimento e pela incerteza de um lar verdadeiro, com uma família que os pudesse amparar.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Edineia Cardoso tem 17 anos. Aos nove foi morar no abrigo, sob os cuidados de assistentes sociais e da Justiça. Era muito criança quando aprendeu que todos os dias teria que tomar decisões por si própria e enfren-



A partir de julho 12 jovens moradores de lares de adoção serão inseridos no mercado de trabalho, por meio de bolsa-estágio

tar as responsabilidades de uma pessoa adulta. Ela entendeu o quanto é difícil sofrer perdas sucessivas, primeiro da mãe, depois dos irmãos e por fim, perder a esperança de conseguir uma família com quem pudesse contar. As decepções encontradas nessa jornada foram muitas, mas não tirou dela a vontade de vencer. Mais forte e

consciente de que há muita gente disposta a ajudar e a facilitar o que a vida muitas vezes dificulta, ela diz que “o amor supre as bases de uma família, na comunidade com as pessoas”. O sonho dela? Fazer medicina!

Hoje Edineia está sorridente, falante, feliz. Ela faz parte do grupo de 12 jovens escolhidos para integrar o projeto Jovem Aprendiz, idealizado pela médica infectologista e diretora técnica do Hospital Cassems de Campo Grande, Priscilla Alexandrino. “Hoje é um dia muito feliz para todos nós que fazemos parte do comitê para a implantação desse projeto. Todos nós, em algum momento das nossas vidas, precisamos de oportunidades e são essas oportunidades que nós daremos a esses jovens:

oportunidade de crescer, de aprender e de serem adultos felizes e realizados”, ressalta a médica, muito emocionada.

O Jovem Aprendiz conta com a parceria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, do Tribunal de Contas do Estado, da Vara da Infância, Juventude e do Idoso de Campo Grande e do Senac e contemplará 12 adolescentes, que farão um estágio remunerado de 15 meses no Hospital Cassems de Campo Grande, distribuídos nos setores administrativos da unidade hospitalar.

A juíza da vara da Infância, Adolescência e do Idoso, Katy Braun do Prado, revela que o grande desafio do Poder Judiciário é saber qual vai ser o destino dos meninos e meninas que chegam aos abrigos já depois dos 12

anos, ou mesmo os que chegaram antes e por algum motivo não conseguiram um lar adotivo. “Nossa preocupação maior é com os jovens que não conseguem um lar adotivo, porque, por regra, o serviço de acolhimento é para pessoas de até 18 anos de idade. Então a partir de 18 anos e um dia, esses meninos e meninas precisam ser desligados das instituições de acolhimento. E essa é uma situação que nos preocupa muito”, explica a juíza, destacando o quanto é importante inserir esses jovens no mercado de trabalho e dar oportunidade para que eles possam se sustentar e construir seu futuro como cidadãos.

Antes de iniciarem o período de estágio, os 12 adolescentes terão aulas, no Senac, sobre processos administrativos den-

tro de uma empresa. O coordenador pedagógico do Senac, Lúcio Garcia da Silva, conta que já foi aprendiz e a rotina que assumiu logo na adolescência “proporcionou caráter e uma perspectiva de vida diferenciada, onde o trabalho permitiu a construção de coisas novas para o futuro”.

Para o juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça, Flávio Perón, os jovens podem se considerar vencedores, “porque enfrentaram as dificuldades que a vida impôs, se estabeleceram e se tornaram adultos sozinhos”, e completa: “O Tribunal de Justiça se sente honrado em fazer parte desse projeto e de poder proporcionar que esses jovens possam escolher o caminho a seguir e tenham condições de fazer seu futuro da melhor forma possível.



W “Mais do que isso, o Hospital Cassems de Campo Grande, neste momento, está dando oportunidade para que esses jovens enxerguem no trabalho uma perspectiva de uma vida melhor, de uma nova vida”.

Ricardo Ayache
Presidente da Cassems

Julgamento de ADIN pelo Supremo pode suspender Reforma da Previdência Estadual

II Durante reunião dos coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul, a banca de advogados do escritório Régis Carvalho Advogados Associados, que ingressou, a pedido das entidades, com a ADIN nº 5843 (Ação Direta de Inconstitucionalidade) perante o Supremo Tribunal Federal contra a Lei Estadual nº 5.101/2017 — de autoria do governador Reinaldo Azambuja (PSDB) que promoveu profundas alterações na Previdência dos servidores — apresentou o andamento da ação e ressaltou que será julgada em breve pelo Pleno do STF, assim que pautada pelo ministro-relator Ricardo Lewandowski.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

As entidades se reuniram na sede do SINDI-



Advogado Régis Carvalho: “Já houve as manifestações das partes, o próximo passo é o ministro Lewandowski pautar o processo e julgar”

JUS-MS (Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul), para avaliar os últimos andamentos da ADIN, após as cassações dos mandados de segurança que inúmeras entidades ingressaram no Tribunal de Justiça (TJMS) na tentativa de barrar o aumento do

desconto previdenciário, que subiu de 11% para 14% a partir do mês de maio.

“Não dá para sermos objetivos numa situação que não depende de nós para agendarmos a data, mas podemos afirmar que o processo está maduro para julgamento. Já

houve as manifestações das partes, o próximo passo é o ministro Lewandowski pautar o processo e julgar. Por ser um processo de grande repercussão, nós acreditamos que não deva demorar”, afirmou o advogado Régis Carvalho.

A ADIN foi proposta no mesmo dia em que foi publicada a referida Lei Estadual no Diário Oficial do Estado de MS, ou seja, em 04 de dezembro de 2018, após deliberação das entidades sindicais e representantes de classe, pertencentes ao Fórum dos Servidores, que durante todo trâmite realizou mobilizações contra a aprovação.

O Relator da ADIN no

Supremo Tribunal Federal é o ministro Ricardo Lewandowski, que no dia 18 de novembro de 2017 emitiu parecer favorável aos servidores públicos federais em ação que questionava a medida provisória que aumentava a alíquota de contribuição dos servidores federais de 11% para 14%, o que reforça a expectativa de êxito da ação.

Apesar de negar a liminar que pedia a suspensão imediata dos efeitos dos arts. 4º ao 15, 22 e 23, § 1º da Lei Estadual nº 5.101/2017, impedindo que o Estado de Mato Grosso do Sul se apropriasse dos valores depositados no plano

financeiro/previdenciário criado através da Lei Estadual nº 4.213/2012, o Ministro Lewandowski, reconhecendo a “relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica” e ainda “tendo em vista a conveniência de um julgamento único e definitivo sobre o tema”, adotou o procedimento abreviado previsto no art. 12 da Lei nº 9.868/1999, que possibilita que a decisão possa ser tomada em caráter definitivo pelo Pleno do STF, dispensando-se o exame do pedido liminar.

Mesmo demonstrando demora quanto à análise (julgamento) do mérito da ADIN nº 5843, justificada pela proximidade entre sua distribuição e o recesso do Poder Judiciário, que teve início em 20/12/2017 e se estendeu até 06/01/2018, quando então foi seguido das férias coletivas dos Ministros do STF, que se encerrou em 31/01/2018; o andamento da ação encontra-se bastante adiantado, vez que já foram colhidas as informações da Assembleia Legislativa e do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como as manifestações da Advocacia-Geral da União (AGU) e Procuradoria-Geral da República (PGR).



Ministro Lewandowski emitiu parecer favorável aos servidores públicos federais

Conforme comunicou a banca de advogados, o próximo passo, portanto, é o Ministro Relator determinar que se pautem o julgamento da ADIN pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal. “A expectativa pelo julgamento do mérito da ADIN, que deve ocorrer em breve, é enorme, já que servirá de parâmetro para o julgamento de todas as ações em que se discute o mesmo tema Brasil a fora”, enfatizou o advogado.

“Desde o projeto de Lei até os dias de hoje, nós do Fórum dos Servidores temos lutado e mobilizado contra essa imposição do Governo do Estado, que aniquila os direitos dos servidores públicos, além de se apropriar do fundo previdenciário de milhares de servidores que trabalharam durante anos e hoje se deparam com essa injustiça”, enfatizou Fabiano Reis,



A ADIN foi proposta após deliberação das entidades sindicais e representantes de classe, pertencentes ao Fórum dos Servidores Públicos de MS

coordenador-geral do Fórum e vice-presidente do SINDIJUS-MS.

“A luta dos servidores públicos é que a justiça seja feita, que ações inconstitucionais não possam prosperar em Mato

Grosso do Sul e que o dinheiro do Fundo Previ-

denciário do fundo dos servidores não pode ser

utilizado como subterfúgio para cobrir a questão da gestão administrativa. O fundo previdenciário é do servidor público e deve permanecer com ele e também a questão da cobrança ilegítima das alíquotas, tanto é que a Medida Provisória do

presidente Michel Temer foi rechaçada pelo STF, então, nós aguardamos que a justiça seja feita”, enfatizou o coordenador e presidente da Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul (AME-MS), Thiago Monaco Marques.

Efeito vinculante

Importante destacar, que Ação Direta de Inconstitucionalidade, uma vez julgada procedente, produz efeitos contra todos (erga omnes), além de ter efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (art. 102, §2º da CF), retirando do ordenamento jurídico o ato normativo ou lei incompatível com a Constituição Federal.

Mesmo os mandados de segurança propostos recentemente por algumas entidades representativas de classe perante o TJMS poderão ser beneficiados com a decisão da referida ADIN ingressada pelo Fórum dos Servidores, pois, como explicado, ela tem efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário.

OAB MS

A ação idealizada pelo Fórum de Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul ganhou um reforço extra, já que o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul, acolheu por unanimidade o pedido formulado pelo Presidente do Conselho de Previdência do Estado do Mato Grosso do Sul (Conprev) e Vice-Presidente do Sindicato de Fiscais Tributários de MS (Sindifiscal), Francisco Carlos de Assis, para que a OAB atue como amicus curiae (uma espécie de ajuda de entidade externa) na Ação Direta de Inconstitucionalidade que tramita no Supremo Tribunal Federal.

Em Nota divulgada em seu site institucional a OAB/MS declarou que “não compactua com mudanças legislativas que não respeitem os princípios constitucionais”.

A banca de advogados salientou que os atos praticados com base na lei declarada inconstitucional são considerados nulos, permitindo, num segundo momento, a adoção de medidas visando a recuperação dos valores apropriados pelo Estado do Plano Financeiro dos servidores estaduais.

Reforma da Previdência Estadual

Em uma sessão presidida pelo deputado estadual Júnior Mochi (MDB), no dia 28 de novembro de 2017, que durou cerca de 25 minutos, os deputados estaduais aprovaram, por 13 votos a 7, a reforma da Previdência dos servidores do Estado, sem nenhum parâmetro constitucional, uma vez que o projeto de reforma da Previdência do governo federal havia naufragado.

Votaram a favor do governo os deputados Beto Pereira (PSDB), Herculano Borges (SD), Mara Caseiro (PSDB), Paulo Corrêa (PR), Zé Teixeira (DEM), Eduardo Rocha (PMDB), Enelvo Felini (PSDB), Onevan de Matos (PSDB), Rinaldo Modesto (PSDB), Antonieta Amorim (PSDB), George Takimoto (PSDB), Marcio Fernandes (PMDB) e Renato Câmara (PMDB).

Sindicato solicita à Vara de Execuções Penais do Interior transferência de presos das delegacias

II Na quinta-feira (7), o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, o diretor jurídico, Max Dourado, e o advogado José de Mello Junior reuniram-se com o Juiz da Vara de Execuções Penais do Interior, Luiz Felipe Medeiros Vieira, para debater a custódia de presos condenados nas delegacias do Estado. Eles expuseram toda a problemática que a permanência de deten-

tos causa para o serviço policial, para a segurança dos agentes policiais e para a comunidade. “O desvio de função impede que o policial civil exerça suas atribuições e os expõe a riscos desnecessários”, destacou Giancarlo. O juiz se comprometeu a transferir os presos condenados para estabelecimentos penais e a acompanhar a situação prisional nas delegacias do Estado.



Max Dourado, Giancarlo Miranda, José de Mello Junior, juiz da Vara de Execução Penal

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

Senador pede ‘favorzinho’ ao Detran para transferir pontos da CNH fora do prazo

II Mais uma polêmica envolve o senador Pedro Chaves (PRB), que vem ganhando destaque nacional pelas trapalhadas após assumir a vaga com a cassação de Delcídio do Amaral. Agora, o parlamentar é citado em outro escândalo, restrito às páginas do Diário Oficial, de usar a influência para transferir pontos de multas de trânsito fora do prazo legal.



Dono de uma frota, dez veículos, Chaves usava o prestígio do cargo de senador da República

Na terça-feira passada, o promotor Humberto Lapa Ferri, da 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, revelou que Pedro Chaves fez o pedido para transferir os pontos ao então diretor-adjunto do Departamento Estadual de Trânsito, Donizete Aparecido Silva.

De acordo com a reco-

mendação do MPE, a medida ilegal foi cumprida pela servidora Juliana Cardoso Moraes, por determinação de superior.

Pelo Código de Trânsito Brasileiro e pela resolução do Conselho Nacional de Trânsito, o motorista tem 15 dias para transferir

os pontos das multas da CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

No entanto, em Mato Grosso do Sul, essa regra não vinha sendo cumprida. Dono de uma frota, dez veículos, Chaves usava o prestígio do cargo de senador da República –

uma regalia de apenas 81 brasileiros – para fazer as transferências dos pontos fora do prazo legal.

O parlamentar tinha acesso ao gabinete da presidência do órgão, que até elaborou um parecer jurídico específico para atender aos seus pedidos.

Conforme a assessoria, apenas o sucessor de Delcídio usou a brecha, ilegal, para tirar os pontos da sua carteira de motorista.

A denúncia encaminhada ao órgão tinha o extrato que discriminava as datas das infrações e o período da transferência.

Ferri ressalta que o benefício não é concedido aos demais proprietários de veículos, mas apenas a Chaves, quem tem acesso ao gabinete da presidência.

Na prática, o parecer do Departamento de Trânsito feria os princípios constitucionais da moralidade, da impessoalidade, legalidade e supremacia do interesse público.

Na recomendação, o promotor pede que o atual presidente do Detran, Roberto Hashioka, suspenda a prática de beneficiar o senador e desconsidere o parecer da assessoria jurídica do órgão.

REELEIÇÃO

Chaves é candidato à reeleição, mas não conseguiu espaço nas negociações com nenhum dos três principais pré-candidatos a governador. Odilon de Oliveira (PDT) chegou a admitir as conversações, mas não houve a concretização do acordo.

Apesar de ser o mais rico dos candidatos, com patrimônio declarado em 2010 ser superior a R\$ 69 milhões, o ex-sócio da Uniderp está com dificuldade para viabilizar a reeleição.

Tenente Monaco está entre os nomes que aparecem em pesquisa eleitoral como pré-candidato a deputado federal

II Foi divulgado, na quinta-feira (7), o resultado da pesquisa de intenção de votos nas eleições 2018 realizada pelo Instituto Ranking Comunicação e Pesquisa.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Na pesquisa espontânea, o presidente da Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul (AME-MS), Tenente Thiago Monaco Marques, é citado entre os pré-candidatos a deputado federal pela população de Mato Grosso do Sul.

O levantamento foi realizado entre os

dias 30/05/2018 e 05/06/2018, e o instituto responsável ouviu 1.200 eleitores em 30 municípios de Mato Grosso do Sul. A pesquisa está registrada sob os números MS-04644/2018 - BR-02574/2018.

Esta não é a primeira vez que o Tenente Monaco é citado como pré-candidato a deputado federal. Há alguns meses que a imprensa tem cogitado o nome do policial militar e, recentemente, o Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul anunciou o nome de Monaco como um dos pré-candidatos do Fórum a cargo eletivo no pleito 2018.

Para Monaco, estar entre os nomes citados pela população sul-matogrossense como pré-candidato a deputado federal é resultado dos anos de trabalho que ele desenvolve não só como policial militar, mas também como representante de classe. Monaco teve sua atuação como liderança reconhecida por todos os servidores estaduais nos últimos anos nos períodos de negociação salarial com o Governo Estadual. Sem temer embates, o tenente sempre se posicionou em defesa dos direitos do servidor.

“É gratificante ver meu

nome citado nesta pesquisa, mas vejo que esta não é apenas uma conquista minha, mas de todos que trabalham comigo, dos policiais militares, dos servidores públicos, de todos nós que defendemos o cidadão de bem, a sociedade e a família. Nosso trabalho, seja como policial militar ou como presidente de uma entidade representativa, é de lutar pelos direitos do cidadão de bem, pela valorização e defesa da família, por isso, me sinto honrado em ter meu nome citado entre os pré-candidatos a deputado federal e vejo isso também como uma grande responsabilidade.”



Tenente Monaco é pré-candidato a deputado federal

Depois de luta do Sindetran-MS, Detran forma servidores para fiscalização de trânsito

II Na terça-feira (29/06), o Detran de Mato Grosso do Sul formou sua primeira turma de fiscalização de trânsito, que será realizada por servidores do órgão. Nesta primeira turma, são 30 servidores que poderão atuar em fiscalização e ordenamento no trânsito. Essa conquista deve contribuir para a segurança e o cumprimento da Lei.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A falta de policiamento ostensivo no trânsito é



Inicialmente 30 servidores poderão atuar em fiscalização e ordenamento no trânsito

uma reclamação antiga da Polícia Militar e das autoridades em segurança. Pensando nisso o

Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) sempre reivindicou que o Detran assumisse

seu papel de fiscalização de trânsito. “Sabemos que o Detran já possui servidores formados

em um turma anterior, possui infraestrutura e agora deve assumir sua função de fiscalização de trânsito e ajudar no ordenamento viário e garantir segurança para a população”, afirma o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior, que é um dos agentes formados.

Passaram pelo curso 30 servidores que poderão a partir de agora atuar em fiscalização e ordenamento no trânsito. “Essa conquista deve contribuir para a segurança e o cumprimento da Lei”,

disse o secretário-geral do Sindetran-MS, Bruno Alves.

Para o Tenente-Coronel PM Franco Alan da Silva Amorim, comandante do Batalhão de Trânsito de Campo Grande (Bptran), que coordenou a implantação do curso, a formação de novos agentes representa o esforço de todos. “Após verificado o anseio dos servidores e baseados no amparo jurídico no que diz respeito à legislação de trânsito, nós começamos a idealizar o curso”, explica Alan Amorim.

O tempo mudou. Tem ameaças no ar.

Cuidado com as doenças respiratórias.

**A Clínica da Família Cassems
está de prontidão para
atender você e sua família.**

As **doenças respiratórias** oportunistas desta época do ano estão chegando. **Rinite alérgica, asma, gripe, resfriado, sinusite, bronquite crônica e enfisema** são ameaças constantes, especialmente para os idosos e para as crianças. **Se precisar de atendimento médico**, procure a **Clínica da Família Cassems** e agende o seu horário.



Clínica da
**FAMÍLIA
CASSEMS**

Atendimento

Das 7 horas às 19 horas,
de segunda a sexta-feira,
ou pelo telefone **3322.3400**

**Central de
Atendimento 24h**

3314.1010

Rua 25 de Dezembro, 1.231
Centro - Campo Grande/MS

cassems.com.br

[f /cassems](#) [tv /tvcassems](#)

Dra. Maria Auxiliadora Budib
Responsável Técnica Médica e
Diretora de Assistência à Saúde
Médica Ginecologista e Obstetra
CRM-MS 2906 / RQE 544

 **CASSEMS**
Sempre à frente, cuidando de você.

ANS - nº 413534

iris